



Número: **0813492-50.2022.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **07/04/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.212,00**

Assuntos: **Transporte Terrestre, Execução Contratual**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SINDICATO DAS EMP DE TRANSP URB DE PASSAG DE TERESINA (AUTOR)		MARIO ROBERTO PEREIRA DE ARAUJO (ADVOGADO) JOSE NORBERTO LOPES CAMPELO (ADVOGADO)	
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA (REU)			
EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27315 254	13/05/2022 16:38	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

**Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina DA
COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0813492-50.2022.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Transporte Terrestre, Execução Contratual]

AUTOR: SINDICATO DAS EMP DE TRANSP URB DE PASSAG DE TERESINA

**REU: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, EMPRESA TERESINENSE DE
DESENVOLVIMENTO URBANO**

DECISÃO

1. Relatório

Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA c/c pedido de tutela provisória ajuizado pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DE TERESINA (SETUT) em desfavor do MUNICÍPIO DE TERESINA/PI e EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO – (ETURB), todos qualificados na exordial, pelos fatos narrados na inicial de ID 26098778.

O requerente representa as empresas de transporte urbano de Teresina-PI e alega que em 21/03/2014 fora publicado no Diário Oficial do Município o aviso de licitação pública na modalidade concorrência nº 001/2014 (DOC. ID 26112192).

O objeto da referida licitação era a concessão dos serviços do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano do Município de Teresina/PI. Ao final do processo licitatório, lograram êxito as seguintes empresas/consórcios: a) Lote I: Consórcio Poty; b) Lote II: Consórcio Urbanus; c) Lote III: Consórcio Theresina; d) Lote IV: Empresa Transcol – Transportes Coletivos Ltda. Em 18/11/2014.

Findado o processo licitatório, foram assinados os contratos, que estabeleciam o direito de comercialização e gestão financeira dos bilhetes como responsabilidade das concessionárias.

Todavia, na data de 25/02/2022, depois de aprovação na Câmara Municipal, e sanção do Prefeito Municipal de Teresina-PI, foi publicada no Diário Oficial do Município (Edição nº 3.221) a Lei Ordinária nº 5.705, de 24 de fevereiro de 2022 (DOC. de ID 26112188).

A lei retro incluiu, quanto as atribuições da Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano (ETURB), o encargo de emissão e comercialização dos passes aos usuários do transporte público de Teresina-PI. Assevera a parte autora que tal atribuição é de responsabilidade das empresas concessionárias vencedoras do processo de licitação nº 01/2014.

Assevera conflito aparente de normas versando sobre a novel lei e Lei de Concessões (Lei nº 8.987/95), Lei do Vale Transporte (Lei 7.418/85), da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), da Lei de criação da ETURB (Lei 1.485, de 15/08/1975) e a não observância do instrumento convocatório e contratos correlatos, requer também a suspensão dos efeitos da Lei Municipal nº 5.705/2022.

2. Da retificação do valor da causa e custas

Com base no princípio da não surpresa reconhecido no art. 10 do CPC e, percebendo uma incorreção no valor atribuído à causa determino que seja



emendada a exordial para sanar o vício.

Ademais, com fulcro no princípio da cooperação processual, identifico que o valor da causa amolda-se ao art. 292, II. Portanto, deve ser o valor do contrato adjudicado. Consequentemente, as custas devem ser corrigidas e recolhidas, sob pena de ser cassada a liminar em comento e imposta multa por ato atentatório contra a dignidade da justiça.

3. Da tutela provisória

Segundo inteligência do art. 300 do novo Código de Processo Civil, a tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise dos autos, considero que a documentação carreada é suficiente para comprovar a probabilidade do direito alegado, visto restar demonstrado, conforme os contratos nº 36/2014 (ID 26112801), nº 37/2014 (ID 26112804), nº 38/2014 (ID 26112805) e 39/2014 (26112807), que as concessionárias possuem o dever da cobrança de passagens, emissão e comercialização de vales-transportes (consoante item 1.3 do edital nº 01/2014).

Portanto, observa-se que há fortes evidências de dano irreparável ao erário caso a Lei Municipal nº 5.705/2022 comece a vigor e ser eficaz no ordenamento jurídico, visto que causaria despesas à administração pública que já são de responsabilidade das Concessionárias.

É um caso ímpar, em que a concessionária recorre ao judiciário para que tenha o ônus de ceder sua estrutura e sistema para que um serviço público seja retomado e continuado sem mais custas além das já estipuladas nos Contratos 36-39/2014.

Os argumentos trazidos à baila merecem prosperar, pois, além dos custos inerentes à bilhetagem que já estão previstos como ônus das concessionárias, ao Estado deve ser vedada a utilização do seu Poder de Império arbitrariamente.

In casu, inconformado com o cumprimento dos contratos 36-39/2014, não deveria impor uma Lei, afinal, causa insegurança jurídica, logo que no decurso de todo contrato com a administração pública poderia ser aprovada lei superveniente que extinguisse cláusulas em favor do ente público e assim criasse um abismo na paridade de armas.

A suspensão da eficácia da Lei Municipal nº 5.705/2022 não atenta contra a Separação dos Poderes. Pelo contrário, evita que o Poder Legislativo seja um poder moderador que interfira na autonomia negocial do Poder Executivo com os licitantes, logo tais freios e contrapesos estão previstos no art. XXXV da CF por meio da inafastabilidade da jurisdição.

Fenomenologicamente a novel lei usurpa da administração pública no seu atributo de revogar e anular seus próprios atos, de analisar seus contratos sobre a égide da primazia do interesse público de forma motivada e fundamentada.

Em juízo de cognição sumária, percebe-se que invés de utilizar procedimento próprio de rescisão dos contratos administrativos 36-39/2014, a administração pública municipal utilizou-se de tal lei para afastar-se do devido procedimento de resolução ou resilição.

Da mesma forma, entendo haver, no presente caso, perigo de dano, uma vez que:

- I) A ré irá dispendar grande valor para uma atribuição a qual é de responsabilidade dos autores;
- II) A autonomia negocial, o direito adquirido e a segurança jurídica dos licitantes será lesionada no seu âmago;
- III) O grave e iminente risco de interrupção do serviço público de transporte urbano, pois a novel lei não possui planejamento de transição sobre o encargo da bilhetagem.



Portanto, dispense a exigência de caução visto que tal liminar impede que haja danos ao erário. Também não há risco da irreversibilidade da Decisão, destarte a lide versa sobre Direito e assim pode ser revistas pela instância superior.

Pelo exposto, DEFIRO, liminarmente, a concessão de tutela jurisdicional antecipada, para determinar a suspensão temporária das atividades relacionadas à implantação do novo sistema de comercialização pela ETURB tratado na Lei Municipal nº 5.705/2022.

4. Procedimentos finais

A) Intime-se a parte autora por seu advogado para corrigir o valor dado à causa em 48 (quarenta e oito) horas e reforçar as custas.

B) Citem-se as partes Município de Teresina/PI e a Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano (ETURB), a fim de que apresentem contestação.

C) Oitiva do MP após contestação

D) Intimem-se. Publique-se. Demais providências necessárias

TERESINA-PI, 13 de maio de 2022.

Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina

